



Parcerias institucionais como estratégias para o desenvolvimento do paradesporto no Brasil

Institutional partnership as strategies for the development of paralympic sport in Brazil

Autores

Rafael Estevam Reis ¹
Ricardo João Sonoda-Nunes ²
Doralice Lange de Souza ³

¹ Universidade Federal do Paraná (Brasil)

² Universidade Federal do Paraná (Brasil)

³ Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Autor de correspondência:
Rafael Estevam Reis
rafael_e_reis@hotmail.com

Cómo citar en APA

Estevam Reis, R., Sonoda-Nunes, R. J., & Lange de Souza, D. (2025). Alianzas institucionales como estrategias para el desarrollo del paradesporte en Brasil. *Retos*, 64, 263-276. <https://doi.org/10.47197/retos.v64.110907>

Resumo

Introdução: A prática esportiva pode oferecer benefícios para a vida das pessoas com deficiência, sendo frequentemente promovida por instituições especializadas nesse público. Contudo, essas entidades tendem a enfrentar desafios para implementar e expandir seus projetos. Para minimizar estes desafios, muitas formam parcerias.

Objectivo: o objetivo deste trabalho foi o de explorar este tipo de parceria e de que forma estas beneficiam os projetos paradesportivos existentes no estado do Paraná

Metodologia: A pesquisa foi de cunho qualitativo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores das 44 entidades que se enquadram no escopo da pesquisa. Os dados foram analisados por meio de análise temática e indutiva.

Resultados e Discussão: Verificou-se que estas instituições desenvolvem parcerias entre si, com clubes, com confederações e federações, com espaços públicos, com instituições de ensino superior, com clubes sócio-esportivos e de futebol. As parcerias proporcionam troca de conhecimentos e experiências, melhorias na infraestrutura de treinos e competições, aquisição de equipamentos esportivos, intercâmbio de atletas, maior visibilidade das ações e suporte de profissionais e equipes multidisciplinares. Contudo, existem tensões entre as instituições, especialmente em relação ao financiamento, acessibilidade e acesso a espaços e equipamentos esportivos.

Conclusões: As parcerias desempenham um papel essencial no desenvolvimento de projetos paradesportivos, podendo gerar benefícios mútuos para as partes envolvidas. Este estudo oferece subsídios que podem ajudar a fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para o incentivo de parcerias similares, bem como para motivar a formação de novas parcerias entre as entidades pesquisadas e outras em contextos similares.

Palavras-chave

Entidades esportivas; esporte paralímpico; pessoas com deficiência; projetos paradesportivos; relações institucionais.

Abstract

Introduction: Sports practice can provide significant benefits to the lives of people with disabilities and is often promoted by institutions specializing in this audience. However, these organizations tend to face significant challenges in implementing and expanding their projects. To minimize these challenges and enable the development of their sports initiatives, many establish partnerships.

Objective: the objective of this study was to explore these partnerships and how they benefit existing parasports projects in the state of Paraná.

Methodology: The research followed a qualitative approach. Data were collected through semi-structured interviews with managers of the 44 entities within the scope of this study.

Results and Discussion: A thematic analysis of the data was conducted, and we concluded that these institutions form partnerships among themselves, with clubs, confederations, federations, public spaces, higher education institutions, socio-sports clubs, and football clubs. These partnerships enable the exchange of knowledge and experiences, improvements in training and competition infrastructure, acquisition of sports equipment, athlete exchange, greater visibility of activities, and support from professionals and multidisciplinary teams. However, some tensions were identified among institutions, especially concerning funding, accessibility, and access to space and sports equipment.

Conclusions: Partnerships play an essential role in the development of parasports projects, potentially generating mutual benefits for the involved parties. This study offers insights that may promote the development of public policies to encourage similar partnerships, as well as motivate the formation of new partnerships between the studied entities and others in similar contexts.

Keywords

Institutional relations; paralympic sport; parasports projects; people with disabilities; sport entities.

Introdução

De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta com cerca de 216,4 milhões de habitantes, sendo que 8,9% da população tem algum tipo de deficiência. Para fins deste estudo, o IBGE denominou como pessoas com deficiência (PCD) aquelas com dois ou mais anos de idade que, segundo elas ou algum residente de sua casa, têm muita dificuldade, ou não conseguem de forma alguma, realizar atividades em um ou mais dos seguintes quesitos: enxergar; ouvir; andar ou subir degraus; funcionamento dos membros superiores, aprender ou lembra-se das coisas ou se concentrar; autocuidado; compreender e ser compreendido (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Já no estado do Paraná, lócus de nosso estudo, habitam cerca de 12 milhões de pessoas, sendo que 8% delas tem algum tipo de deficiência (IBGE, 2019).

A prática de atividades esportivas pode promover vários benefícios para esse público, como autoestima e/ou autoconfiança e/ou realização pessoal (Fermino, 2020), independência (Pack et al., 2017), melhoria das condições físicas e motoras (Velasco et al., 2017), motivação (Kizar et al., 2021), oportunidades de socialização (A. C. S. Araujo, 2017), qualidade de vida (Pereira et al., 2013; Solera et al., 2021) e resistência cardiorrespiratória (Godoy-Cumillaf et al., 2022).

Há diversas possibilidades de prática esportiva por parte de PCD, incluindo modalidades paralímpicas tradicionais (ex. Goalball, futebol de cegos, bocha, esgrima em cadeira de rodas) e demais modalidades esportivas adaptadas para diferentes tipos de deficiência (ex. handebol em cadeira de rodas, dança em cadeira de rodas, futebol de amputados). O acesso a este tipo de prática, no entanto, tende a ser dificultado por barreiras como a falta de acessibilidade, baixa visibilidade midiática e insuficiência de patrocínio, que comprometem tanto a adesão quanto a aderência no ambiente esportivo (Vieira et al., 2021). Além disso, os elevados custos de tecnologias adaptadas, como próteses e cadeiras de rodas esportivas podem agravar os desafios enfrentados, especialmente em contextos com recursos limitados (Cardoso et al., 2018).

As barreiras para o acesso variam de contexto para contexto. Neste sentido, desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de identificar as instituições que promovem o paradesporto no estado do Paraná, sul do Brasil, e explorar as principais barreiras e facilitadores enfrentados por elas na implementação e desenvolvimento de projetos esportivos para pessoas com deficiência. Um dos achados desse estudo foi que um dos principais facilitadores para o desenvolvimento e manutenção destes projetos são as parcerias criadas com outras organizações. Visando melhor entender este resultado do estudo, o objetivo do presente trabalho é explorar as parcerias formadas e de que forma elas beneficiam o desenvolvimento dos projetos paradesportivos existentes no estado do Paraná.

As relações interinstitucionais tendem a ocorrer independentemente da localização geográfica, e essas parcerias podem significar oportunidades para a gestão e de instituições que ofertam a prática do paradesporto e a oferta deste para as PCD. Desta forma, embora este estudo foque nas instituições de uma região específica do Brasil, os resultados oferecem subsídios que podem fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para o incentivo de parcerias similares, bem como para motivar a formação de novas parcerias entre as entidades pesquisadas e outras em contextos similares.

Método

O estudo é de natureza quanti-qualitativa e faz parte de uma pesquisa maior aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (parecer nº 6.007.205). Participaram do estudo instituições que oferecem práticas paradesportivas regulares para pessoas com deficiência física, visual e intelectual no estado do Paraná.

Adotamos os seguintes critérios de inclusão: organizações do terceiro setor, como Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), institutos, associações, clubes sócio-esportivos, escolas especiais (instituições educacionais dedicadas especificamente à pessoas com deficiência) e Universidades. Para serem incluídas, essas instituições deveriam ter participado de competições oficiais chanceladas pelas organizações esportivas responsáveis pela administração das modalidades em nível nacional e estadual nos últimos cinco anos. Vale lembrar que no contexto brasileiro, ONGs são definidas como instituições do terceiro setor que promovem o bem-estar



social e o desenvolvimento comunitário, sem fins lucrativos, enquanto OSCIPs constituem uma qualificação concedida a entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em atividades de interesse público (Martines, 2009).

Seguimos os seguintes critérios de exclusão: descartamos federações, confederações, comitês, secretarias governamentais e escolas convencionais, pois o foco deste estudo está exclusivamente em instituições que oferecem diretamente práticas paradesportivas às pessoas com deficiência.

O levantamento tomou como base os resultados de uma pesquisa anterior que realizou um mapeamento de instituições que oferecem atividades esportivas para PCD (De Souza et al., 2021) e a base de dados criada a partir deste estudo. Além de utilizarmos estas fontes, também realizamos um levantamento em sites de entidades gestoras de modalidades paralímpicas, do Comitê Paralímpico Brasileiro e de federações e confederações esportivas presentes no Paraná. Adotamos este procedimento para verificarmos se as instituições que constavam nesta base de dados haviam participado de campeonatos oficiais nos últimos cinco anos, bem como para buscarmos localizar novas instituições ainda não cadastradas na plataforma online.

Localizamos 44 instituições. Entramos em contato com as instituições explicando o intuito da pesquisa e solicitando autorização para o desenvolvimento desta. A seguir, solicitamos que elas nos colocassem em contato com a pessoa responsável pela gestão das atividades esportivas. Conduzimos entrevistas semiestruturadas entre 18 de maio e 12 de novembro de 2022 com um representante de cada instituição. As entrevistas duraram entre 40 e 100 minutos, sendo que 28 foram presenciais e 16 virtuais. Dentre as diferentes questões da entrevista, exploramos como as instituições faziam para custear, desenvolver e manter as atividades paradesportivas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Conduzimos uma análise quantitativa-descritiva para quantificarmos dados acerca da estrutura e informações das entidades que fazem parte do escopo da pesquisa. Também realizamos uma análise temática e indutiva dos dados (Braun & Clarke, 2012). Ou seja, todas as fases de análise – familiarização com o conjunto de dados, codificação, geração dos temas iniciais, desenvolvimento e refinamento dos temas e produção do texto não partiram de um referencial teórico definido à priori. Construímos o nosso referencial de análise escolhendo os trabalhos que pudessem melhor nos ajudar a compreender e discutir as principais temáticas que observamos nos dados em relação ao nosso problema de pesquisa.

Resultados y Discusión

Os dados revelam que as principais parcerias firmadas são: com Federações e Confederações esportivas, entre as próprias instituições, com o poder público, com Instituições do Ensino Superior (IES), com clubes sócio-esportivos e com clubes de futebol. Exploraremos a seguir cada uma delas.

Parcerias entre instituições promotoras do paradesporto e federações e confederações esportivas

As federações esportivas administram e regulamentam determinadas modalidades esportivas em um país ou região. Já as confederações esportivas são compostas por várias federações nacionais ou regionais que regulamentam estas mesmas modalidades (Mazzei & Nassif, 2013). Como o critério de inclusão das entidades nesta pesquisa era que elas tivessem competido em eventos oficiais regulados por federações e confederações, 100% das organizações que participaram deste estudo têm este tipo de parceria.

Federações e confederações devem desenvolver programas para apoiar o crescimento dos clubes, incluindo academias de treinamento, financiamento e iniciativas de base (Dickson et al., 2010). No Brasil, elas também oferecem capacitação para dirigentes, treinadores e árbitros (Morales & de Mesquita, 2013). De acordo com 17 entrevistados, a relação entre estas instituições e as entidades esportivas propiciam benefícios que vão além da organização de campeonatos. Elas ofertam, por exemplo, cursos de capacitação em diferentes áreas, incluindo a gestão.

Eles ofertam uns cursos de gestão (. . .) nesse sentido eles são bem atenciosos. Entenderam que quando sabemos como lidar com os recursos, as coisas facilitam para eles também. (ENTIDADE 10)

Ainda outro benefício da parceria das entidades com as federações e confederações é a possibilidade de acesso a recursos financeiros, equipamentos e instalações esportivas de alta qualidade (De Azevedo, 2023). Esse tipo de benefício pode facilitar a participação dos clubes em competições oficiais, oferecer maior visibilidade aos atletas e possibilitar que compitam em níveis mais altos.

Para competições nacionais, temos direito a passagens aéreas e precisamos apenas atender algumas demandas das Confederações, como investir em atletas jovens. Nas competições temos direito a hospedagem e alimentação (. . .) não pagamos nenhuma taxa para filiar ou manter os atletas federados. (ENTIDADE 05)

Se por um lado as federações e confederações apoiam as entidades esportivas, estas podem ajudar as federações e confederações na promoção de competições e eventos, atrair público, mídia e patrocinadores. Elas podem também ajudar na implementação de políticas e programas das federações e confederações (Morales & de Mesquita, 2013).

Eles (Confederação) precisavam fazer mais um evento para cumprir o calendário, mas não tinham mais recursos. Os clubes que trabalham com a modalidade, nos reunimos e fomos atrás, fizemos acontecer (. . .). Arrumamos estrutura para a realização do evento e eles cancelaram apenas. (ENTIDADE 05)

As relações entre federações e clubes podem enfrentar problemas e dificuldades devido a conflitos de interesse e questões de governança (Dickson et al., 2010). A distribuição de receitas de competições, direitos de transmissão e patrocínios frequentemente gera conflitos entre clubes grandes e pequenos (De Azevedo, 2023; Ross & Szymanski, 2006). A dificuldade no diálogo e a falta de informação relacionada com o uso dos recursos recebidos pelas federações foram citadas nas falas de 92% dos gestores entrevistados.

Eu não sei o que eles fazem com o recurso que recebem, e olha que não é pouco. Eles precisam dialogar mais com os clubes poxa! Nós estamos na ponta, nós sabemos o que precisa para melhorar. É só conversar com agente! (ENTIDADE 28)

Entre 2008 e 2016 (período que compreendeu a realização dos jogos olímpicos e paralímpicos no Brasil), a partir de convênios com o governo federal, as confederações e federações do esporte paralímpico receberam quase 78 milhões de reais e os clubes cerca de 61 milhões (Ferreira et al., 2018). Este é um exemplo de uma das possíveis fontes de recurso que envolvem as confederações, federações e instituições que promovem o paradesporto e que pode levar a conflitos de interesse.

Outra barreira na relação entre clubes e federações decorre das múltiplas camadas de governança que frequentemente geram atritos, divergências ou até mesmo lacunas na gestão por parte de federações, confederações e comitês responsáveis pelas modalidades esportivas (Dickson et al., 2010). No paradesporto, um exemplo é a natação, cuja gestão nacional é realizada diretamente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, enquanto, em nível estadual, não há federações legalmente responsáveis pela modalidade, resultando em fragilidades administrativas.

Eventos estaduais acontecem quando a federação de desportos aquáticos quer que aconteça! Não ter um calendário regional é ruim, pois precisamos preparar nossos atletas. (ENTIDADE 12)

A criação de fóruns e o uso de mediadores para resolver disputas existentes entre as entidades podem ser essenciais. Ações que aumentem a transparência e garantam a representação dos clubes nas federações são fundamentais para uma governança mais inclusiva (Morales & de Mesquita, 2013).

Parcerias entre as entidades que promovem o paradesporto

Ao todo, 23 entidades (54%) que participaram do estudo desenvolvem parcerias de cooperação entre si.

Eu tinha uma professora referência no paradesporto, que me disse há muitos anos, que não era fácil fazendo as coisas em conjunto. Imagina brigados e separados! Levo comigo por onde passo e tento sempre me aproximar de outras instituições. (ENTIDADE 05)

Clubes esportivos frequentemente compartilham instalações de treinamento, equipamentos e outras infraestruturas. Essa prática é comum entre clubes menores, que podem não ter todos os recursos ne-

cessários (P. H. M. Araujo et al., 2020). No paradesporto, onde há uma demanda específica por adaptações e acessibilidade, é desafiador encontrar locais adequados para treinamento e alojamento, o que torna o compartilhamento desses espaços ainda mais necessário.

Usamos o espaço do clube para fazer algumas atividades. O atletismo no campo de futebol e futsal nas quadras esportivas. Quando eles precisam, usam nossas salas como alojamento. (ENTIDADE 09)

Fizemos a parceria para eles usarem a piscina também (...) e também juntando os nossos recursos com os deles, tínhamos um número bom, ajudava a justificar o uso gratuito da piscina! (ENTIDADE 04)

O alto custo de materiais esportivos, como cadeiras e próteses pode dificultar ou inviabilizar o desenvolvimento de projetos paradesportivos (Cardoso et al., 2018; R. F. R. Marques & Gutierrez, 2014). Assim, o compartilhamento desses equipamentos torna-se fundamental:

Como contrapartida para alguns projetos que temos aprovados para compra de materiais novos, precisamos doar os equipamentos antigos (...) no fim das contas, somos responsáveis pelo crescimento do esporte, né? (ENTIDADE 12)

Temos algumas cadeiras de atletismo (...) estamos emprestando para outras entidades que querem começar. Fazemos um termo bem certinho de empréstimo. (ENTIDADE 42)

Os equipamentos normalmente necessitam ser específicos para cada modalidade e personalizados para atender às necessidades individuais dos atletas. Instituições frequentemente repassam equipamentos já não mais utilizados, beneficiando jovens atletas em crescimento (Cardoso et al., 2018; R. F. R. Marques & Gutierrez, 2014).

Para desenvolver modalidades paradesportivas e fortalecer projetos, aumentando seu potencial de atrair patrocinadores e apoio público, instituições mais organizadas e com maior número de atletas frequentemente emprestam atletas a outras instituições (P. H. M. Araujo et al., 2020). Esta prática visa fortalecer equipes e projetos e foi tema frequente nas falas dos gestores entrevistados.

Utilizamos eles [atletas de outra entidade] como uma segunda equipe nossas nas competições de uma modalidade. Arcamos com todos os custos, só precisamos usar o CNPJ deles mesmo. O objetivo é levar jogadores mais novos para ganharem experiência. (ENTIDADE 05)

Como fomos a primeira equipe a trabalhar com o esporte, recebemos de clínicas de reabilitação e de outras associações vários potenciais atletas. Nesse período de iniciação, e como só podemos levar uma quantidade restrita para campeonatos, emprestamos a turma para outros times parceiros da região. (ENTIDADE 12)

A colaboração entre clubes também envolve a troca de conhecimentos, metodologias de treinamento, estratégias de jogo e melhores práticas. Essa cooperação pode incluir programas de intercâmbio para treinadores e profissionais de saúde esportiva, promovendo a disseminação de boas práticas e inovação (P. H. M. Araujo et al., 2020).

Organizamos todo ano esse evento, um dos objetivos é o de reunir instituições que trabalhem com a pessoa com deficiência e trocar algumas ideias. (ENTIDADE 36)

Nosso professor trabalha aqui na instituição com algumas modalidades, mas ele sempre vai como técnico de outro esporte por outra entidade (...) sempre que ele volta de um campeonato, traz sempre ideias boas para implantarmos aqui, pra gente é muito bom. (ENTIDADE 14)

O movimento paradesportivo enfrenta desafios significativos devido à falta de visibilidade. A insuficiente divulgação e transmissão dos eventos paradesportivos dificulta a obtenção de apoio e patrocínios (de Souza et al., 2023; Seron et al., 2021). Portanto, as parcerias são essenciais para promover o movimento paradesportivo.

No último paranaense da modalidade, reunimos todas as equipes que trabalham com a modalidade e contratamos uma empresa para fazer a transmissão do evento. (ENTIDADE 18)

Meus atletas reclamam muito disso e com razão! Querem mostrar para os amigos ou parentes e não conseguem. As vezes não temos nem material para mostrar para algum possível apoiador. (ENTIDADE 02)

É comum nos esportes para cegos terem transmissão via rádio. Os cegos gostam muito, pedíamos sempre um apoio para a confederação para podermos levar um narrador e comentarista para os eventos. Hoje tem melhorado, fazem transmissão via *Youtube*. (ENTIDADE 36)

Na gestão esportiva, a cooperação estratégica, por meio de alianças e parcerias, pode ajudar organizações a alcançar objetivos que seriam difíceis de atingir individualmente (Winckler & Molinari, 2011;



Woratschek et al., 2014). Clubes paradesportivos podem unir esforços para arrecadar recursos financeiros, realizando rifas, bazares e bingos.

Fizemos um bazar e chamamos mais duas instituições parceiras para fazer algo bem grande. Foi muito bom, porque podemos dar um salto bem grande aqui do clube! Sempre que pode nos ajudamos! (ENTIDADE 01)

Organizamos uma rifa com prêmios bem bons (...) todos os clubes para cegos da região participaram. Rendeu um valor bem legal. Só assim para conseguir dinheiro mesmo! (ENTIDADE 11)

Além de promover ações mais pontuais, como as supracitadas, os clubes podem buscar alianças que visam compartilhar informações de mercado, fortalecer patrocínios conjuntos e implementar programas de *merchandising* (Assibi et al., 2012). No paradesporto, onde existe maior dificuldade para se obter apoios e recursos financeiros, essas parcerias podem ser de grande valia.

Recentemente descobrimos uma mina de ouro (sorri). Uma empresa que gosta de contribuir com o paradesporto, por questões pessoais dos donos (...) indicamos para as outras entidades amigas e hoje todas recebem apoio dessa empresa! (ENTIDADE 15)

Dois fatores que influenciam as parcerias são o tipo de deficiência e as modalidades esportivas ofertadas. Muitas associações são voltadas a um tipo específico de deficiência, o que facilita a cooperação entre instituições com o mesmo público-alvo. Essa proximidade favorece a captação de recursos, a troca de experiências e, em alguns casos, a participação de atletas em diversas modalidades em diferentes instituições.

Como trabalhamos com o mesmo público, estamos sempre trocando ideias, tenho amigos professores e gestores em outras entidades e o diálogo entre nós é fundamental. (ENTIDADE 08)

Encontrar atletas não é algo tão fácil. Vou te dar um exemplo: tenho um atleta que pratica nossa modalidade aqui, joga futebol por outra entidade e faz academia em outra, e tudo bem! (ENTIDADE 43)

Também há a aproximação pela prática da mesma modalidade. Mesmo que as instituições se tornem rivais no âmbito esportivo, a união de ações em prol do esporte tende a favorecer o crescimento da modalidade e das instituições que promovem ações e projetos paradesportivos.

Para nós é importante que tenha mais uma entidade que trabalhe com a modalidade, pois só tínhamos nós (...) sozinho é difícil de evoluir, agora fazemos amistosos e outras possibilidades vão surgindo também. (ENTIDADE 14)

A competição entre organizações esportivas pode ocorrer em várias dimensões, como desempenho esportivo, aquisição de talentos, atração de patrocinadores e fãs, e conquista de títulos (F. da C. Bastos & Mazzei, 2020; Woratschek et al., 2014).

Precisamos de mais equipes. Hoje conseguimos fazer até um paranaense da modalidade. Nós e mais duas entidades no estado e sempre que podemos mandamos cadeiras que não usamos mais e até materiais para o dia a dia. (ENTIDADE 12)

A dinâmica entre cooperação e competição pode variar ao longo do tempo e em diferentes contextos. Durante uma competição esportiva, as equipes competem entre si. Mas fora do campo, tendem a cooperarem questões como regulação e promoção do esporte (F. da C. Bastos & Mazzei, 2020; Winckler & Molinari, 2011).

Parcerias com o poder público

Quinze gestores (34%) mencionaram que suas entidades estabeleceram parcerias com o poder público para desenvolver projetos esportivos, viabilizando o uso de praças, pistas, quadras, parques, campos, piscinas, entre outros. Estas parcerias ocorrem por meio de acordos e regulamentações específicas. As instituições interessadas geralmente estabelecem um Termo de Colaboração definindo direitos e responsabilidades de cada parte, incluindo condições e prazos para a utilização do espaço público e responsabilidades financeiras (D. M. Bastos, 2022; Blanck, 2020; Ruiz, 2021)

O processo para obtenção da autorização para usar espaços públicos varia conforme a legislação local, podendo envolver a apresentação de um projeto detalhado, comprovação de capacidade técnica e financeira da organização, e demonstração dos benefícios sociais do projeto para a comunidade (Blanck, 2020; Ruiz, 2021). Esta última condição foi enfatizada por alguns entrevistados:



É um espaço bem concorrido, né? Então todo ano apresentamos o projeto e mostramos que estamos dando resultado. (ENTIDADE 12)

Ofertamos atividade para muitas crianças da comunidade! Vai ser difícil tirarem esse horário e espaço da gente. (ENTIDADE 14)

A maioria das instituições entrevistadas, exceto os clubes, não possui sede ou espaço próprio para treinamento. A maioria delas é do terceiro setor, como ONGs, associações e institutos e não dispõem de recursos financeiros para manter um espaço próprio. A utilização de espaços públicos permite que essas entidades evitem aluguéis comerciais, reduzindo seus custos operacionais (D. M. Bastos, 2022; Blanck, 2020).

Temos uma sala que usamos como escritório cedida pelo município. Todas as nossas modalidades acontecem em espaço cedido pela secretaria de esportes. (ENTIDADE 03)

Me diga onde que conseguiríamos uma piscina aquecida, gratuita e no centro da cidade para tocar nosso projeto? Eu diria praticamente impossível! (ENTIDADE 11)

Ao operar em espaços públicos, essas instituições têm uma presença visível e acessível à comunidade, facilitando o engajamento e a participação dos beneficiários de seus programas (D. M. Bastos, 2022; Ruiz, 2021).

Utilizamos a praça no horário de pico. Agora você imagina, nesse horário, no centro da cidade, está sempre cheio! Eu vejo isso com bons olhos, a comunidade passa a conhecer a pessoa com deficiência, consegue ver eles treinando! Não é incomum as pessoas virem até mim para perguntar algo, as pessoas ficam curiosas. (ENTIDADE 31)

A parceria entre o poder público e as instituições do terceiro setor que oferecem atividades esportivas permite ao governo ampliar o alcance de seus programas sociais. Essa cooperação pode ajudar a otimizar o uso dos espaços públicos, promover o engajamento comunitário e aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos.

Utilizamos uma quadra que estava abandonada. Não era muito útil ao município devido o tamanho dela. Para nós é perfeita, colocamos as bandas laterais [específico para o futebol de cegos] e como mais ninguém usa, podemos deixar aqui. Dava muito trabalho ficar colocando e tirando. (ENTIDADE 14)

A pista estava abandonada, sem uso para nada, pedimos autorização para a prefeitura e agora que usamos, começaram a cuidar. Antes era largado, hoje outras pessoas querem vir usar. (ENTIDADE 42)

Embora a utilização de espaços públicos seja uma possibilidade interessante para essas entidades, nem sempre esses espaços são acessíveis para algumas modalidades e, principalmente, para certos tipos de deficiência (Batistel & Carvalho, 2021; Dornellas et al., 2020; Silva & Alves, 2020).

Então, nos cederam uma quadra, mas ela não era acessível. Tivemos que brigar para trocarmos para outra quadra, ou deixar ela acessível. Não demorou muito, fizeram uma entrada acessível para nossos atletas. (ENTIDADE 02)

A verdade é que para praticar o nosso esporte, a quadra precisa ser coberta, e preferencialmente sem muito barulho em volta (...) sei que é ser muito exigente. O que nos deixaram usar já dá para o gasto! (ENTIDADE 06)

Os gestores reconhecem a falta de acessibilidade e os transtornos, mas o uso gratuito de espaços públicos faz com que os usuários se sintam gratos, apesar das condições inadequadas. A parceria entre o terceiro setor e o poder público é essencial para o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida. Parcerias eficazes podem contribuir para com a promoção do bem-estar social e criação de comunidades mais inclusivas e participativas (D. M. Bastos, 2022; Ruiz, 2021).

Parceria com Instituições de Ensino Superior (IES)

Sete gestores (16%) destacaram a importância das parcerias com instituições de ensino superior através de projetos de extensão para o desenvolvimento do paradesporto. A extensão universitária é uma ferramenta essencial no processo de formação de futuros profissionais (Pena et al., 2017; Schumacher et al., 2018). Ela promove a interação entre a universidade e a sociedade, visando o desenvolvimento de ambos por meio de ações científicas, sociais, educacionais, culturais e esportivas (Lottermann et al., 2022; Schumacher et al., 2018). No Brasil, a extensão no ensino superior tornou-se obrigatória através

da Lei n 13.005/2014, garantindo no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão, com foco na interação entre a universidade e a sociedade, integrando ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2014).

Projetos de extensão são essenciais para a formação de profissionais de Educação Física, proporcionando um espaço de prática supervisionado (Lottermann et al., 2022). Os alunos interagem diretamente com a comunidade, facilitando a aquisição de conhecimentos aplicáveis em sua futura atuação profissional (Pena et al., 2017).

Os entrevistados destacaram a importância desses projetos, mencionando benefícios como o acesso a uma estrutura física adequada para atividades paradesportivas e o suporte de equipes multidisciplinares.

Ele trabalha na universidade e usa a quadra lá e os alunos para ajudar nas atividades através de um projeto de extensão. A quadra não é a ideal, porque é descoberta, mas é de graça, né! Sem falar que sempre tem um pessoal dos outros cursos, fisioterapia, nutrição, estão sempre ajudando os atletas (. . .) eles não nos dão nenhum tipo de dinheiro, ou patrocínio, mas nos oferecem o espaço, de forma gratuita, para treinamento e até alguns eventos. Só de não ter que pagar quadra, não ter que locar ou se preocupar em procurar alguma coisa, nossa, já ajuda muito. (ENTIDADE 05)

Mesmo que a estrutura não seja ideal e que, às vezes, as instituições paradesportivas não possam usar as instalações da universidade nos dias previstos, o fato de terem um espaço sem a necessidade de custear locação ou compra viabiliza a realização do projeto.

Fora o espaço para treinar, ela cedia para a gente alojamento. A gente conseguia colchão e jogava nas salas, quando sediava algum evento ela ajudava agente, e tem o refeitório que é top! Fora isso, a Faculdade é totalmente adaptada, acessível para qualquer tipo de deficiência. (ENTIDADE 39)

A parceria entre instituições de ensino superior e entidades paradesportivas é vantajosa para ambas as instituições, conforme revela a fala abaixo:

O dono lá, foi bem honesto comigo. Até achei estranho, mas ele disse que para eles, essa parceria é muito importante, porque eles não conhecem pessoas com deficiência aqui na região, e a gente sim! Eles teriam que começar do zero. (ENTIDADE 02)

A entidade promotora do paradesporto tem *expertise* no trabalho com pessoas com deficiência, atuando como ponte com a comunidade e atraindo praticantes ao ambiente universitário, além de inscrever atletas em competições (Lottermann et al., 2022). Os projetos de extensão ajudam os alunos a desenvolverem competências no esporte paralímpico, contribuindo para a produção de conhecimento sobre o paradesporto e facilitando o acesso da comunidade ao saber gerado pela universidade (Pena et al., 2017; Schumacher et al., 2018).

Conforme vimos acima, a relação entre as instituições promotoras do paradesporto e as Instituições de Ensino Superior (IES) é benéfica para ambos os lados. As IES obtêm espaço adequado para atividades paradesportivas e o acompanhamento de profissionais e estagiários de diversas áreas durante treinos e viagens. Por outro lado, as instituições que promovem o paradesporto oferecem aos acadêmicos o contato com pessoas com diferentes deficiências em um ambiente controlado, permitindo o aprendizado prático e a aplicação do conteúdo visto em sala de aula. Ainda outra vantagem que talvez possa emergir destas parcerias, é o suporte por parte de instituições educacionais para que o atleta possa estudar e seguir a sua trajetória esportiva, por meio de flexibilização de horários (Grubert et al., 2024).

Parcerias com Clubes Sócio-esportivos e a possibilidade de utilização de recursos oriundos do Comitê Brasileiro de Clubes

Cinco das 44 entidades (11%) buscaram parcerias com clubes sócio-esportivos para concretizar o desenvolvimento de seus projetos paradesportivos. Os clubes sócio-esportivos combinam atividades sociais e esportivas, promovendo a interação social e a prática esportiva. Alguns colaboram com escolas, universidades e outras instituições para promover o esporte e ampliar oportunidades para jovens atletas, através de bolsas, eventos, intercâmbios de treinadores e uso da estrutura (Camargos & da Silva, 2008).

Os gestores relataram que essas parcerias geram benefícios significativos para o desenvolvimento de seus projetos, principalmente o uso da infraestrutura física e destas instituições, que incluem quadras,



campos, academias e piscinas. Apesar da necessidade de compartilhar os espaços com os sócios, a parceria com os clubes é fundamental para evitar despesas com espaços e equipamentos esportivos de qualidade. Além disso, essa parceria permite que as entidades possam contar com o apoio de profissionais dos clubes.

Se não fosse essa piscina, não estaríamos há 12 anos na natação revelando um monte de talentos. Nós bancamos alguns técnicos, o Clube sede mais alguns professores, do próprio clube e os estagiários também (. . .) os atletas são sócio atletas, então podem ser atendidos por qualquer profissional, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, a hora que quiser e precisar,   só agendar. (ENTIDADE 40)

O esporte de rendimento exige equipes multidisciplinares, e a presença de profissionais especializados   essencial. Contudo, o alto custo de remunera o faz com que muitas entidades esportivas recorram ao voluntariado. Segundo entrevistados, a parceria com clubes sócio-esportivos   vital, pois esses clubes podem oferecer o suporte necessário para garantir a presença desses profissionais.

A presença em clubes com muitos frequentadores d  visibilidade às modalidades paradesportivas, gerando interesse e engajamento dos associados. Isso pode ampliar o apoio às modalidades, como destacado por alguns entrevistados.

Um dos sócios tinha um filho com uma deficiência e começou a treinar com a gente e hoje está competindo. (ENTIDADE 40)

Sempre fazemos algumas a o es para juntar uns recursos extras, como vaquinha *online*, rifa, bazar. Os sócios do clube sempre nos ajudam, doam materiais, participam mesmo. (ENTIDADE 12)

De acordo com a maioria dos entrevistados, as parcerias foram iniciadas a partir de convites feitos pelos próprios clubes, visando receber recursos financeiros do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). O CBC   uma associa o civil de caráter esportivo, com direitos privados e sem fins lucrativos, que representa os Clubes Formadores de Atletas (Comitê Brasileiro de Clubes, 2023). Desde sua cria o, o CBC permitia que os clubes destinassem verbas para atividades voltadas a pessoas com deficiência.

A partir de 2018, a Lei n  13.756/2018 passou a exigir a aplica o de, no mínimo, 15% dos recursos em atividades paradesportivas (Brasil, 2018). Durante o Ciclo Tóquio 2020, que abrange o período de 2017 a 2021, o CBC recebeu repasses superiores a 500 milhões de reais (aproximadamente 78,5 milhões de euros, com base na cota o m dia de 2021, de 1 euro = 6,37 reais). Esses valores, provenientes da arrecada o de recursos públicos por meio de concursos de prognósticos, posicionaram o CBC entre as três entidades que mais receberam recursos, ficando atrás apenas do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (Carneiro et al., 2024). Como a maioria dos clubes sócio-esportivos não desenvolvia modalidades paradesportivas, a implementa o dessa lei incentivou alguns clubes a buscarem parcerias com institui o es que ofereciam essas atividades (Lopes, 2021). O gestor da Entidade 18 explica:

O clube quem nos procurou. Eu conhecia o diretor de esportes na época (. . .) ele tinha receio de iniciar algo que não dominava e dizendo que queria montar uma equipe paralímpica, porque a CBC pagava um dinheiro a mais para o clube e tinha uns benefícios. (ENTIDADE 18)

Para receber recursos, o clube filiado deve participar dos editais abertos, enviando projetos e propostas ao CBC. Os editais possuem objetivos e demandas específicas, destinando recursos para diferentes finalidades, como aquisi o de materiais esportivos, contrata o de recursos humanos e organiza o de eventos esportivos (Comitê Brasileiro de Clubes, 2023). Os recursos devem ser utilizados exclusivamente para os fins pré-estabelecidos pelo edital.

Alguns clubes utilizaram esses recursos para organizar campeonatos e adquirir materiais específicos e onerosos do paradesporto, como cadeiras esportivas, próteses e  rteses usadas por atletas de atletismo com amputa o de membros inferiores. Em 2020, a Lei n  14.073/2020 (Brasil, 2020), revogou o   1  do Art. 16 da Lei n  13.756/2018, retirando a obrigatoriedade do CBC de aplicar 15% dos recursos em atividades paradesportivas. A Lei n  14.073/2020 incluiu o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) no Sistema Nacional do Desporto, transferindo as atividades paradesportivas para o CBCP (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024).

Quando fechou o ciclo de Tóquio, eles fizeram aquela modifica o que virou CBCP. Quando virou CBCP, a CBC entregou todo dinheiro para o clube e falou " , aqui t  todo o dinheiro do paralímpico para mais um ciclo, só que   opcional continuar com o paralímpico, agora vocês negociam com o CBCP! (ENTIDADE 18)



O CBCP foi fundado em 27 de julho de 2020 por onze instituições de paradesporto, visando maior acesso e controle dos recursos do CBC para modalidades paradesportivas e paralímpicas (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024). O CBCP tem três categorias de filiados: Entidades Fundadoras, Plenas e Reconhecidas, que desenvolvem atividades paradesportivas. A categoria depende da documentação apresentada, e os benefícios variam conforme a filiação (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024).

O processo burocrático, especialmente para entidades Plenas e Reconhecidas, é complexo. A filiação plena exige documentos como a Certidão de Registro Cadastral do Ministério do Esporte e certidões negativas de débitos (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024).

É muito documento, alguns itens não conseguimos atender, meu medo é estar nessa parte mais baixo e receber menos dinheiro ou não receber. (ENTIDADE 05)

É uma burocracia sem tamanho (...) não temos tempo para isso agora. (ENTIDADE 39)

Eu preciso organizar algumas coisas antes, eu preciso ir atrás de uns documentos (...) preciso regularizar umas situações para ter todos os certificados. (ENTIDADE 41)

O CBCP organiza workshops para capacitar administrativamente as instituições promotoras do paradesporto, visando uma gestão mais profissional, especialmente na captação de recursos públicos e privados (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024). Isso é essencial para que as instituições administrem seus projetos de forma eficiente. Contudo, até as entrevistas, o CBCP não havia lançado nenhum edital público. Os entrevistados elogiaram a tentativa de capacitação, porém pontuaram o fato de os editais não terem sido liberados.

Na hora que criou o CBCP, o CBC falou, se o paradesporto quiser dinheiro vai pegar do CBCP. Bem, nós estamos já em 2022 e até o momento o CBCP não abriu edital nenhum e o CBC que tem lá no seu caixa quase 90 milhões está lá bloqueado. Mas moral da história, o paradesporto deixou a possibilidade de receber recurso. (ENTIDADE 12)

Após a criação do CBCP várias entidades filiadas ao CBC encerraram as suas parcerias com instituições promotoras do paradesporto pois não se viram mais obrigadas a repassar recursos para elas.

E aí a gente teve essa parceria funcionando durante quatro anos, funcionando muito bem e aí teve uma época que eles simplesmente não quiseram mais o projeto (ENTIDADE 10)

Dois clubes mantiveram as parcerias com as instituições promotoras do paradesporto, mesmo não havendo mais a necessidade de incluir o paradesporto em seu quadro de modalidades para obter mais recursos.

Isso eu achei bacana do clube. Porque 90% dos clubes pegaram o dinheiro e mandaram os paralímpicos embora. O clube falou não, vocês vão ficar e abraçou a nossa causa, e nós ficamos! (ENTIDADE 12)

O clube não cobra nada dos atletas, a gente usa o clube todo, eu tenho o que valorizar o que fizeram pra gente, nem prefeitura faz isso pra gente! (ENTIDADE 18)

Em 2024, o CBCP abriu seu primeiro edital público, oferecendo apoio financeiro para a participação das entidades filiadas em competições nacionais de esportes paralímpicos e paradesportivos, organizadas pelas Confederações ou oficialmente homologadas por elas, e que façam parte do calendário oficial de competições apoiadas pelo CBCP (Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, 2024).

Parcerias com Clubes de futebol

Equipes de futebol que buscam diversificar suas modalidades esportivas podem atrair mais fãs e patrocinadores (Assibi et al., 2012), podendo fortalecer sua marca ao associar com diferentes conquistas e passando uma imagem de versatilidade perante outras equipes (De Siqueira et al., 2015).

Cinco entidades incluídas no estudo (11%) possuem ou já possuíram parcerias com clubes de futebol de relevância regional, nacional e internacional. Para pessoas com deficiência, frequentemente excluídas socialmente e sofrendo preconceito, a oportunidade de jogar futebol e pertencer a um grupo esportivo é significativa.

Ofertamos basicamente modalidades adaptadas do futebol. É muito legal ver essas pessoas treinando e competindo, fazendo parte de algo. Eles se consideram, e podemos dizer que são mesmos, jogadores de futebol! Isso tem uma importância muito grande pra eles, e pra gente. (ENTIDADE 05)

Nossos jogadores compraram muito a ideia. Agora já não éramos só um time, éramos jogadores do Clube! O comprometimento com os treinos parece que aumentou, a responsabilidade era outra! Vestir a camisa do clube parece que tinha um peso diferente. (ENTIDADE 14)

Associar-se a um time de futebol conhecido pode melhorar a credibilidade da instituição que desenvolve o paradesporto perante o público (Assibi et al., 2012). Quem acompanha os times de futebol tende a confiar em clubes estabelecidos. Essa confiança pode se estender à entidade parceira, aumentando a aceitação e a eficácia de suas iniciativas (De Siqueira et al., 2015).

Precisávamos comprar uma cadeira de atletismo para um dos nossos atletas, tivemos a ideia de lançar uma vaquinha virtual. Mas não estava entrando muito dinheiro, tava difícil, e a cadeira é cara (...) evamos nosso atleta num jogo do time, anunciaram no estádio. Começou a entrar valores, pequenos, médios, altos. Enfim, conseguimos comprar a cadeira graças a mobilização dos torcedores. (ENTIDADE 02)

De acordo com os entrevistados, as instituições que promovem o paradesporto, majoritariamente pertencentes ao terceiro setor, realizam ações pontuais, como bazares, rifas, bingos, vendas de refeições e festas, para garantir a sustentabilidade e o sucesso de seus projetos. A parceria com clubes de futebol, que possuem uma ampla base de torcedores, pode aumentar a eficácia dessas ações.

Ainda outra vantagem das parcerias entre as entidades e os clubes de futebol é que estes têm acesso a patrocinadores e parceiros financeiros que podem estar interessados em apoiar causas sociais e humanitárias (D. S. P. Marques & Costa, 2009). Isso pode resultar em apoio financeiro direto à instituição que promove o paradesporto, através de patrocínios ou doações destinadas a programas específicos (De Siqueira et al., 2015).

Nunca recebemos nenhum valor financeiro direto do clube, mas enquanto houve a parceria, além de uniformes para treino e competição e podíamos usar o nome do clube na busca por auxílio. (ENTIDADE 05)

Nos abriu algumas portas viu, a visibilidade foi muito boa. Isso nos permitiu conversar com pessoas e empresas que já apoiavam o clube de futebol. (ENTIDADE 27)

As parcerias entre instituições que promovem o paradesporto e times de futebol não apenas beneficiam as instituições e as comunidades que elas servem, mas também reforçam o compromisso social dos clubes esportivos e seus jogadores com causas importantes (De Siqueira et al., 2015). Mas se por um lado estas parcerias podem ser produtivas, elas podem também apresentar algumas dificuldades pois podem dar a impressão de que os projetos paradesportivos já estão com um bom apoio, e, portanto, não precisam mais de patrocínios e/ou outros tipos de auxílio.

Pois é, isso acontece! Temos que explicar [para possíveis patrocinadores] que não recebemos recursos do Clube de Futebol. Alguns entendem, outros acham estranho! (ENTIDADE 27)

A paixão envolvida no futebol pode também se constituir em um entrave na busca por apoio. Se alguém torce por um determinado time, tende a não gostar quando a instituição é patrocinada por um clube de futebol pelo qual não torce, não gosta ou que é rival do seu time de coração.

Percebemos que tínhamos uma resposta bem positiva, principalmente nas redes sociais. Depois que nos vinculamos ao time, quem não torce para esse time, começou a deixar algumas mensagens bem ofensivas. (ENTIDADE 14)

A parceria com clubes de futebol pode ser vantajosa. No entanto, as instituições que promovem o paradesporto devem compreender que toda relação possui aspectos positivos e negativos. Cabe à instituição, ao buscar esse apoio, compreender para qual lado da balança essa parceria irá se inclinar.

Conclusiones

De acordo com os entrevistados, as principais parcerias firmadas são com confederações e federações, outras entidades promotoras do paradesporto, poder público, instituições de ensino superior, clubes sócio-esportivos e de futebol. Também segundo eles, essas parcerias são essenciais para o desenvolvimento de projetos paradesportivos e beneficiam ambas as partes.

Os dados revelaram que as parcerias envolvem não apenas recursos financeiros, mas também a troca de conhecimentos e experiências, a melhoria na estrutura de treinos e competições, a aquisição de equipamentos esportivos, o intercâmbio de atletas, a visibilidade de ações e o apoio de profissionais e



equipes multidisciplinares. Existem, no entanto, algumas tensões entre algumas instituições, que envolvem questões relacionadas a financiamento, acesso a espaços e equipamentos esportivos e garantia de acessibilidade.

Esta pesquisa envolveu apenas instituições localizadas em um estado brasileiro e que participaram, nos últimos cinco anos, de campeonatos oficiais promovidos por federações e confederações. Outras pesquisas são necessárias para expandir este escopo, incluindo todas as instituições que ofertam o paradesporto, seja no Paraná ou em outros estados brasileiros. Apesar dessas limitações, este estudo oferece subsídios para uma maior compreensão dos tipos de parcerias formadas, que, por sua vez, podem ser úteis para o desenvolvimento do paradesporto no Brasil e em outras localidades com contextos similares.

Referencias

- Araujo, A. C. S. (2017). Análise dos facilitadores e das barreiras para a prática de natação pela pessoa com deficiência física. Universidade de Brasília.
- Araujo, P. H. M., Yamanaka, G. K., & Mazzei, L. C. (2020). Planejamento estratégico como um dos fatores de sucesso das organizações esportivas: um estudo sobre os clubes esportivos brasileiros que atuam no contexto olímpico. *Motrivivência*, 32(63), 01–18. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e71981>
- Assibi, E., Kling, J., Krebs, M., Schachner, S., & Valach, L. (2012). Manchester United - international competitiveness & strategic alliances. 33.
- Bastos, D. M. (2022). A gestão compartilhada de espaços públicos através da adoção: propostas para a cidade do Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica.
- Bastos, F. da C., & Mazzei, L. C. (2020). Organizações Esportivas: Conceitos, (Des)Entendimentos – proposta de modelo teórico unificado para o Brasil. *Revista de Gestão e Negócios Do Esporte*, 5(2), 55–81.
- Batistel, J., & Carvalho, H. A. de. (2021). Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros esportivos - estudo de caso. *Brazilian Journal of Development*, 7(2), 12279–12294. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-040>
- Blanck, P. L. (2020). As dinâmicas de uso e prática do espaço público a partir das obras de reestruturação do calçadão da Avenida Brasil em Cascavel - PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Brasil. (2014, June 25). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- Brasil. (2018, December 12). Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e a destinação de recursos das loterias. . https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113756.htm
- Brasil. (2020, October 14). Lei nº 14.073, de 14 de outubro de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o atendimento educacional durante a pandemia de Covid-19. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14073.htm
- Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. *American Psychological Association*.
- Camargos, L. A. R., & da Silva, M. R. (2008). Os clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro: uma relação de hábitos e costumes. <http://www.cbc-clubes.com.br/>.
- Cardoso, V. D., Haiachi, M. de C., Reppold Filho, A. R., & Gaya, A. C. (2018). A tecnologia no Esporte Paralímpico. *Pensar a Prática*, 21(3). <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i3.47496>
- Carneiro, F. H. S., Dalmas, L. C., Marques, L. M. M., & Mascarenhas, F. (2024). O financiamento federal do esporte de alto rendimento no Brasil no ciclo olímpico e paralímpico Tóquio 2020. 58, 329–337.
- Comitê Brasileiro de Clubes. (2023). CBC. <https://www.cbclubes.org.br/institucional/sobre-o-cbc/nossa-historia>
- Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. (2024). CBCP. <https://clubesparalimpicos.org.br/sobre-cbcp/>
- De Azevedo, I. M. (2023). Uma análise por meio do indicador de governança em entidades esportivas (IGEE) aplicado às confederações brasileiras e Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Universidade Federal de Santa Catarina.



- De Siqueira, J. P. L., Pajanian, F., & Telles, R. (2015). Identificação e categorização dos stakeholders em um clube de futebol profissional brasileiro. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 14(3), 15–31. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v14i3.2067>
- De Souza, D. L., Cidade, R. E., Reis, R. E., Hykavei Junior, P., Scuissiato, A., Godoy, A. W., Colere, J., & Calegari, D. R. (2021). A oferta de programas de atividades esportivas para pessoas com deficiência no estado do Paraná: subsídios para políticas públicas. In R. J. Sonoda Nunes (Ed.), *Políticas públicas para o esporte e o lazer no Paraná: gestão, programas e memórias* (Vol. 1, pp. 99–122). Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- De Souza, D. L., Marcondes, I. M., Vieira, Y. V., Reis, R. E., Colere, J., & Cidade, R. E. (2023). A cobertura da Folha de São Paulos dos Jogos Paralímpicos entre 1972 e 2020. *Motrivivência*, 35(66). <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2023.e93960>
- Dickson, G., Phelps, S., & Waugh, D. (2010). Multi-level governance in an international strategic alliance: The plight of the Phoenix and the Asian football market. *Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics*, 22(1), 111–124. <https://doi.org/10.1108/13555851011013191>
- Dornellas, L. C. G., Nascimento, A. N. do, Maciel Júnior, M. L., Gonçalves, M. R., & Nogueira Lahr, S. L. (2020). Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência. In *Educação Física e Ciências do Esporte: Uma Abordagem Interdisciplinar - Volume 2* (pp. 192–206). Editora Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/201102330>
- Fermino, A. L. (2020). Os benefícios e os significados da participação em um grupo de bocha paralímpica no município de Curitiba/PR. Universidade Federal do Paraná.
- Ferreira, A. de C. D., Vitor, K. P., Haiachi, M. de C., & Reppold Filho, A. R. (2018). Financiamento do esporte paralímpico no Brasil: convênios. *Br. J. Ed., Tech. Soc.*, 11(01), 22–36. <https://doi.org/10.14571/brajets.v11.n1.22-36>
- Godoy-Cumillaf, A., Ramírez, N. F., & Fuentes-Merino, P. (2022). Resistencia cardiorrespiratoria y características morfológicas en jugadores de goalball. *Retos*, 44(44), 946–951. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/index>
- Grubertt, G. A., Da Costa, F. R., Junior, H. S., & Márquez, S. (2024). Brazilian student-athletes' perceived possession of dual career competencies. *Retos*, 61, 201–209. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/index>
- IBGE, I. B. de G. e E. (2019). Pesquisa Nacional de Saúde: Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). IBGE. https://www.ibge.gov.br/URL_do_documento
- Kizar, O., Demir, G. T., & Genç, H. (2021). Examination of the effect of national and amateur disabled athletes disability types on sports participation motivation. *European Journal of Physical Education and Sport Science*, 6(12). <https://doi.org/10.46827/ejpe.v6i12.3655>
- Lopes, F. P. (2021). O programa de formação de atletas do Comitê Brasileiro de Clubes no desenvolvimento do esporte paralímpico. Universidade Federal do Paraná.
- Lottermann, A. L. F., Harnisch, G. S., Zamboni, M. R., & Borella, D. R. (2022). Projetos de extensão propostos pelos cursos de Educação Física ofertados a pessoas com deficiência. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 20. <https://doi.org/10.36453/cefe.2022.29693>
- Marques, D. S. P., & Costa, A. L. (2009). Governança em clubes de futebol: um estudo comparativo de três agremiações no estado de São Paulo. *Revista de Administração, Universidade de São Paulo*, 44(2), 118–130.
- Marques, R. F. R., & Gutierrez, G. L. (2014). *O esporte paraolímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas* (1st ed.). Phorte Editora.
- Martines, I. C. (2009). As relações entre as Organizações não governamentais e o governo do estado do Paraná no campo esportivo (Issue 2).
- Mazzei, L. C., & Nassif, V. M. J. (2013). A cultura organizacional na gestão do esporte: um estudo sobre uma federação esportiva. *REUNA*, 18(4), 93–110.
- Morales, C., & de Mesquita, R. M. (2013). As leis que influenciam o modelo de gestão das federações e confederações esportivas no Brasil. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 3, 213.
- Pack, S., Kelly, S., & Arvinen-Barrow, M. (2017). “I think I became a swimmer rather than just someone with a disability swimming up and down:” paralympic athletes perceptions of self and identity development. *Disability and Rehabilitation*, 39(20), 2063–2070.



- <https://doi.org/10.1080/09638288.2016.1217074>
- Pena, L. G. de S., Borgmann, T., & Almeida, J. J. G. de. (2017). A extensão universitária em modalidades paradesportivas auxiliando na formação do profissional de Educação Física: o caso da Universidade Estadual de Campinas. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 18(1). <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2017.v18n1.06.p65>
- Pereira, R., Osborne, R., & Cabral, S. I. (2013). A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant-Brasil. *Motricidade*, 9(2), 94–105.
- Ross, S. F., & Szymanski, S. (2006). Antitrust and Inefficient Joint Ventures: Why Sports Leagues Should Look More Like McDonald's and Less Like the United Nations. *Marquette Sports Law Review*, 16(2). <http://scholarship.law.marquette.edu/sportslawhttp://scholarship.law.marquette.edu/sportslaw/vol16/iss2/4>
- Ruiz, N. V. (2021). Espaço público em Londrina (PR): a multiplicidade dos usos e funções do calçadão e do zero [Universidade Estadual Paulista]. <http://www.fct.unesp.br/pos-graduacao/--geografia/CNPJ>:
- Schumacher, G. B., Marchetti, F., & Mazo, J. Z. (2018). Desenvolvimento do judô paralímpico na extensão universitária: um estudo de caso. *Physical Education and Sport Journal*, 16(1), 117–127. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index>
- Seron, B. B., Souto, E. C., Malagodi, B. M., & Greguol, M. (2021). Sport for people with disabilities and the anti ableist fight – from stereotypes about disability to valuing diversity. *Movimento*, 27. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969>
- Silva, I. C. do N. da, & Alves, A. C. de J. (2020). Identification of assistive technologies in paralympic sports: Contributions and barriers. *Brazilian Journal of Occupational Therapy*, 28(3), 917–930. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.CTOAO1933>
- Solera, B., Flores, P. P., Anversa, A. L., Caraçato-Souza, Y. M. da S., De Souza, V. de F., & Junior, C. H. (2021). Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. *Retos*, 42, 655–661.
- Velasco, A., dos Santos, S. M., & de Souza, D. L. (2017). Os significados da pratica do goalball sob a ótica de atletas da modalidade. *Revista Da ALESDE*, 8(1), 43–58.
- Vieira, Y. V., Colere, J., & De Souza, D. L. (2021). Facilitadores e barreiras para a prática esportiva por parte de atletas com comprometimentos no Brasil. *Retos*, 41, 812–822. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/index>
- Winckler, N. C., & Molinari, G. T. (2011). Competição, Colaboração, Cooperação e Coopetição: Revendo os Conceitos em Estratégias Interorganizacionais. *Revista ADMpg Gestão Estratégica*, 1.
- Woratschek, H., Horbel, C., & Popp, B. (2014). The sport value framework – a new fundamental logic for analyses in sport management. *European Sport Management Quarterly*, 14(1), 6–24. <https://doi.org/10.1080/16184742.2013.865776>

Datos de los/as autores/as y traductor/a:

Rafael Estevam Reis	rafael_e_reis@hotmail.com	Autor/a
Ricardo João Sonoda-Nunes	rj.sonoda.nunes@gmail.com	Autor/a
Doralice Lange de Souza	desouzdo@yahoo.com	Autor/a
Raquel Brandão Diniz Gabardo	raquelgabardo@gmail.com	Traductor/a

